

HUM@NÆ

Questões controversas do mundo contemporâneo

v 12, n. 1

Cláudia Elisabete Moura BARRETTO¹

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E SEUS IMPACTOS: O CASO DA FACULDADE ESUDA

RESUMO

A responsabilidade interna pela autoavaliação de uma instituição de ensino superior (IES) é da Comissão Própria de Avaliação (CPA), e o presente artigo teve como objetivo analisar as avaliações feitas através desta comissão na Faculdade de Ciências Humanas ESUDA (FCHE) no ano de 2015, baseado na Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 que instituiu o Sinaes, com a finalidade de melhorar a qualidade da educação superior no Brasil. Foi uma avaliação que envolveu uma pesquisa qualitativa e quantitativa, com questões abertas e fechadas, realizados através de questionários, desdobrados em quatro formatos: a) Avaliação da Instituição pelos docentes, pelos discentes, e pelo corpo técnico-administrativo, e os docentes avaliados por alunos (as), revelando assim opiniões, posturas e ações dos vários segmentos da IES. Nessa perspectiva, este processo avaliativo contribuiu para o planejamento institucional, além de caracterizar a cultura e estrutura local. Foram diagnosticados pontos positivos e negativos, ressaltando a ética e compromisso educacional que a ESUDA tem e identificando a necessidade de melhorar alguns processos que eram burocráticos ou não divulgados, materiais e terceirizações. A quantidade de respondentes foi de 80% de participação. O estudo mostrou que as

¹ Graduada em arquitetura e urbanismo pela Faculdade de Ciências Humana ESUDA, mestranda em administração pela Fundação Pedro Leopoldo, procuradora e pesquisadora institucional da Faculdade de Ciências Humana ESUDA.

avaliações servem como estratégias que culminam em ações que melhoram o desempenho geral das instituições de ensino superior no país.

Palavras-chave: Comissão Própria de Avaliação (CPA). Ensino Superior no Brasil. Avaliação Institucional. Legislação do SINAES.

ABSTRACT

The internal responsibility for the self-assessment of a higher education institution (HEI) is from the Self Evaluation Committee (CPA), and the purpose of this article was to analyze the evaluations made through this committee at the Faculty of Human Sciences ESUDA (FCHE) in the year 2015, based on Law No. 10,861 of April 14, 2004, which established Sinaes, with the purpose of improving the quality of higher education in Brazil. It was an evaluation that involved a qualitative and quantitative research, with open and closed questions, carried out through questionnaires, unfolded in four formats: a) Evaluation of the Institution by the teachers, by the students, and by the technical-administrative staff, and the teachers evaluated by students, thus revealing opinions, positions and actions of the various segments of HEI. From this perspective, this evaluation process contributed to the institutional planning, besides characterizing the local culture and structure. Positive and negative points were diagnosed, highlighting the ethics and educational commitment that the ESUDA has and identifying the need to improve some processes that were bureaucratic or undisclosed, materials and outsourcing. The number of respondents was 80%. The study showed that assessments serve as strategies that culminate in actions that improve the overall performance of higher education institutions in the country.

Keywords: Own evaluation committee, higher education in Brazil, institutional evaluation, legislation SINAES.

INTRODUÇÃO

A Faculdade de Ciências Humanas ESUDA (FCHE) foi credenciada em 1974 junto ao Ministério da Educação, mantida pela Associação Recifense de Educação e Cultura, pessoa jurídica de direito privado e está situada na cidade de Recife (PE). Tem 5 (cinco) cursos autorizados e reconhecidos, são eles: administração, arquitetura e urbanismo, ciências contábeis, ciências econômicas e psicologia e

mais 4 (quatro) cursos novos autorizados: design de interiores, gestão comercial, redes de computadores e serviço social, sempre pautada na diretriz de expansão com qualidade.

Os últimos anos foram marcados por muitas mudanças advindas do natural processo de sistematização da educação superior, o qual se iniciou com a entrada em vigor da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96), da Lei do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES (Lei nº 10.861-2004), dos Decretos nº 5.622/2005 e 5.773/2006, e dos atos normativos internos do Ministério da Educação (MEC), do Instituto Nacional de Pesquisas (INEP) e do Conselho Nacional da Educação (CNE), além dos regulamentados de órgãos de classe.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA (FCHE) foi criada em consonância com a tradição de avaliação interna e em obediência a legislação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). A CPA funciona desde 2004 com a responsabilidade de avaliar sistematicamente os cursos, a infraestrutura, a estrutura administrativa e pedagógica da faculdade. É formada por 06 (seis) integrantes: a coordenadora da CPA, além de, um representante dos coordenadores de curso; um representante do corpo docente; um representante do corpo técnico-administrativo; um representante do corpo discente e um representante da sociedade civil organizada. A partir de cada avaliação, são apresentados indicadores, considerados mecanismos expressivos para a tomada de decisões, visto que subsidiarão ações para a melhoria da qualidade do ensino superior ofertado pela instituição.

Como dito no primeiro parágrafo, a Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, e de acordo com o disposto em seu inciso VIII do Art. 3º, o “planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional” devem ser considerados nas ações de avaliação e de desenvolvimento institucional.

De acordo com o SINAES, (portal.inep.gov.br 2018), são objetivos da CPA:

1. identificar mérito e valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação;
2. melhorar a qualidade da educação superior, orientar a expansão da oferta;
3. promover a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia.

Anualmente, a avaliação institucional da Faculdade ESUDA contempla o desafio de repensar o papel que a IES desempenha na sociedade local, em constante mudança, marcada pela complexidade dos diversos atores sociais, com múltiplas funções e ideologias. Compreende-se que o aumento do acesso ao ensino superior, às competências e habilidades a serem adquiridas pelos egressos e a constante busca da qualidade são plurais, e exigem reflexões institucionais frequentes.

Nesse contexto, em seus 43 anos de existência, a Faculdade ESUDA vem consolidando o processo de construção de um novo paradigma de educação superior em Pernambuco. Na IES, o ensino, a pesquisa e a extensão são compostos por investigação como elemento globalizador, com postura pedagógica que tem um princípio ativo, integrador e que objetiva minimizar a artificialidade do ensino acadêmico tradicional, aproximando-o, o mais possível, da realidade social e das exigências do mercado de trabalho.

A CPA da Faculdade ESUDA coletou informações dos discentes, dos docentes e do corpo técnico administrativo da instituição. Foram utilizados

questionários, com questões fechadas e abertas, a fim de que se revelassem opiniões e posturas, esclarecendo dúvidas e pontuando os aspectos referentes aos docentes e infraestrutura, gerando ações para os diversos segmentos da Instituição. Este processo avaliativo pode contribuir para o planejamento institucional, além de caracterizar a cultura e estrutura local, além de criar políticas internas para sua constante construção e busca pela excelência na formação de cidadãos e profissionais com sólidos conhecimentos e princípios éticos, que caracterizam a missão e a visão da IES.

Percebe-se que o sistema educacional se move evidenciando tendências de rompimento com padrões estabelecidos e consagrados, porém não mais eficientes tanto na perspectiva dos métodos produtivos quanto na perspectiva as aspirações culturais ou geracionais – as duas principais forças propulsoras da expansão do ensino superior. Do lado do mercado de trabalho, há as novas exigências de qualificação profissional (novos conteúdos, novas profissões, etc.), do lado das aspirações culturais há o fator do acesso ao ensino superior como elemento novo na cultura (primeiro nas classes média, mas que também opera em mimetismo sobre as camadas menos favorecidas) – o ensino superior passa a ser objeto de desejo. (portal.mec.gov.br, 2018)

Assim, torna-se relevante a identificação de tantas mudanças nas demandas e gerações (o que parece ser conseguido através da CPA), para que novos desenvolvimentos e criatividade sejam implantados com excelência no que diz respeito ao ensino-aprendizagem, com profissionais de qualidade e instituição de referência.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

As IES brasileiras podem ter diferentes estruturas acadêmico-administrativas (decreto nº 5.773/06), podem ser credenciadas pelo Ministério da Educação como: faculdade, centros universitários e universidades. Podem ser administradas pelo poder público ou privado. As de natureza privada podem ou não ter fins lucrativos. As instituições sem fins lucrativos podem ser: comunitárias, confessionais ou

filantrópicas. As administradas pelo poder público podem ser mantidas pela Federação, pelo Estado ou por Municípios.

Relembrando um pouco da história das instituições de ensino superior privadas no Brasil, foi instituída em 1961 a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação e esta foi alterada, sendo a última alteração em 1996 sugerindo que as IES se encaragassem de combater as deficiências da estrutura estatal, que estava incapaz de absorver todo o contingente de alunos concluintes do ensino médio, e a mais importante mudança foi que permitiu qualquer instituição de ensino a atuar com fins lucrativos, como contrapartida à perda de incentivos fiscais.

O governo, em 1986, buscava tratar das mudanças e criou o Grupo Executivo para Reformulação do Ensino Superior (GERES). Nessa fase, os índices de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior do Brasil eram muito baixos. O financiamento do ensino no Brasil sempre foi visto como deficitário pela população e pelos educadores. Com a baixa qualidade do ensino público, deu-se o favorecimento da criação de IES particulares. Estavam criadas as bases para a greve de 1987, quando foi criado o Plano Único de Isonomia entre universidades e fundações. (MARBACK NETO, 2007 *apud* MARQUES; OLIVEIRA, 2013)

Na Constituição Federal de 1988 foi instituído o princípio da autonomia universitária, flexibilizou e agilizou o processo para universidades e centros universitários criarem novos cursos.

Nos anos 1990, os fundos de *private equity* passaram a atuar na gestão das IESPs com aumento da competitividade e percebe-se a formação de oligopólios como a Kroton, Anhanguera, Anhembí-Laureate, Ânima e Estácio de Sá.

A consolidação das IESPs em grupos empresariais de instituições de ensino alterou não só a maneira de serem gerenciadas, mas também os métodos de atração dos estudantes. O modelo de ensino passou por uma homogeneização nacional. No entanto, se aposta na tecnologia como meio para amenizar os reconhecidos impactos negativos da modulação e massificação, tanto para integrar

ao máximo a equipe docente no processo, como para interagir com os alunos. (TRIVELLI, A.M. 2015).

É de suma importância haver sinergia acadêmica, mecanismos e procedimentos que assegurem uma melhor gestão organizacional, compatíveis com os objetivos pretendidos. Os processos avaliativos devem permitir a integração das dimensões avaliadas, garantindo as coerências conceituais, de conhecimento e prática, valorizando sempre os docentes, os discentes, as instituições e a educação.

A Avaliação Institucional é um dos componentes do SINAES e está relacionada a: melhoria da qualidade da educação superior; orientação da expansão de sua oferta; aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, respeito à diferença e à diversidade, afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades: autoavaliação – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). A avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior, expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações.

Conforme o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, esta Lei fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. (portal INEP, 2018)

É preciso transformar, ser sujeito de mudanças. Como diz a professora Edna de Castro de Oliveira, no prefácio do livro *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire:

“É preciso aprender a ser coerente. De nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável a mudanças”. (FREIRE, 2005, p.13).

3 A autoavaliação da Faculdade ESUDA

Com o intuito de obter um grande número e participantes, ou seja, alunos, professores e funcionários, buscou-se o envolvimento da comunidade acadêmica no planejamento e construção da proposta avaliativa. Todos os envolvidos no programa foram sensibilizados: dirigentes, docentes, discentes e corpo técnico administrativo, com o propósito de informar aos sujeitos do processo a importância de sua participação responsável, assídua e interessada, bem como discutir os procedimentos que foram adotados e a forma como os trabalhos seriam desenvolvidos.

A coleta de dados ocorreu nos meses de setembro e outubro de 2015 e a divulgação desta pesquisa foi realizada também neste período, por meio do sistema de som da faculdade, nas mídias (site, facebook, instagram), sinalização nos murais dos setores da ESUDA e apoio acadêmico, nos avisos nas pastas e contracheques dos professores, visitas aos setores técnico-administrativos e salas de aula, distribuição de folders, cartazes e banners espalhados pela faculdade.

O acesso ao questionário se deu através do portal acadêmico, utilizado por todos os segmentos da faculdade. Neste sentido, assim que os usuários (docentes, discentes e funcionários) abriam o portal, logo viam a chamada do questionário da CPA e a importância da sua participação, e o link para o acesso. As respostas eram feitas individualmente com questões referentes a área/pessoa avaliada, cujo preenchimento durava aproximadamente 20 minutos.

A avaliação Institucional ESUDA foi realizada através de questionários, conforme já foi exposto nos itens anteriores. Esse questionário se desdobrou em 03 (três) formatos:

- a) Questionário Discente Graduação, avaliando à IES e o Corpo Docente;

- b) Questionário do Corpo-Técnico Administrativo, avaliando à IES;
- c) Questionário do Corpo Docente, avaliando à IES.

O questionário do corpo discente foi desenvolvido em dois tipos: a avaliação da instituição e a avaliação do corpo docente. Obter esse dado da percepção da infraestrutura, setores, organização, aulas e docentes, foi uma das preocupações da CPA, pois desta forma acreditou-se que poderiam detectar fragilidades institucionais percebidas pelos estudantes, com a finalidade de serem sanadas e resolvidas algumas necessidades ou pendências. Os questionários da avaliação institucional foram construídos com 26 perguntas, diferente das 30 que existiam no questionário passado, além de 18 questões dedicadas unicamente à avaliação nominal docente, número menor que as 20 questões que existiam no instrumento anterior.

O questionário do Corpo Técnico-Administrativo que avaliam a IES permaneceu constituído, em relação ao ano base 2014, por 23 questões que avaliavam fatores sócio culturais, condições do ambiente físico de trabalho, atividades e relacionamentos no ambiente de trabalho e culminada em algumas questões para auto avaliação.

O instrumento de avaliação do corpo docente foi constituído por 23 questões sobre dados socioculturais do professor, atendimento dos setores administrativos, ambiente físico e equipamentos utilizados, atividades de ensino, pesquisa e extensão no seu curso e, novamente, uma sessão para autoavaliação.

Para completar o instrumento de avaliação, o respondente informara seu grau de aceitação em uma escala de 1 a 5, onde 1 corresponde a “discordo totalmente”; 2, “discordo parcialmente”; 3, “não concordo nem discordo”; 4, “concordo parcialmente” e 5 “corresponde a “concordo totalmente”. Não se aplicando determinada proposição ao respondente ou quando este a considerasse não pertinente, a marcação seria no item NSR (Não Sei Responder).

Importante salientar que os pontos pertinentes a uma classe de respondentes não necessariamente se aplicavam a outra, momento em que não apresentaram resultado algum.

4 Resultados da autoavaliação da ESUDA

Após o preenchimento dos instrumentos de avaliação, procedeu-se a tabulação e o tratamento dos dados, através da construção de gráficos para cada quesito avaliado pelos discentes (entre graduados e pós-graduados), docentes e corpo técnico administrativo.

No que diz respeito à missão e o plano de desenvolvimento institucional, a CPA observou uma boa articulação entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Os cursos cumprem com as políticas institucionais relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, e possuem uma boa política de ensino presencial para a graduação. Tendo cumprido as metas estabelecidas em seu PDI de 2011 a 2015, a Faculdade de Ciências Humanas ESUDA se propôs a novos desafios, através de uma perspectiva de ampliação de metas e ações estabelecidas em seu PDI de 2015 a 2019.

Os integrantes da Comissão Própria de Avaliação atuaram diretamente nos vários setores da instituição mantendo relação direta e imediata com os sujeitos que avaliam à ESUDA. Nesse contato, pôde perceber que o Corpo Técnico-Administrativo, e os professores de modo geral têm tido oportunidades para discutir a missão, os valores e as metas institucionais, como atores construtores do Plano de Desenvolvimento Institucional.

Na perspectiva científica e pedagógica formadora, esta dimensão corresponde às políticas para ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades. A IES vem investindo nessa dimensão mais enfaticamente nos últimos quatro anos com a criação do Grupo ESUDA de Interlocução Acadêmica (GEIA) que é

responsável pelas áreas de pesquisa (iniciação científica, publicação nas revistas acadêmicas, realização de cursos, palestras e seminários temáticos), e de extensão (projetos extensionistas junto à comunidade), além de abarcar a monitoria e a transdisciplinariedade entre os cursos da FCHE.

Na verdade, o GEIA trabalha em interlocução com diversos setores da faculdade, tais como, coordenações de curso e pós-graduação, NDEs (Núcleo Docentes Estruturantes), colegiados, secretaria acadêmica, setor de eventos e TI (Tecnologia da Informação).

Sobre a responsabilidade social da IES, registra-se que a ESUDA, embora não tenha aderido a programas governamentais (FIES ou PROUNI), mantém ativos dois programas institucionais de apoio financeiro àquelas pessoas com poucas condições financeiras de ingressar no curso superior, a saber: O Vestibular de Inclusão Social ESUDA (VISE) e o Programa de Apoio Financeiro (PAFIDE), que contempla vários alunos com bolsas parciais ou integrais.

A ESUDA possui o Núcleo de Acessibilidade (NAE) que também se encontra sediado dentro das instalações da IES e, cujo objetivo é promover debates internos e externos sobre o direito à acessibilidade, além de propor mudanças de concepção (reflexivas) e materiais (efetivas, concretas) na estrutura física da IES e de locais públicos, como forma de garantir a locomoção de pessoas portadoras de deficiências físicas.

Para a comunicação com a sociedade, a FCHE mantém uma equipe de eventos que vincula muitas das ações institucionais ao interesse do público externo. A Assessoria de Imprensa ESUDA é um departamento específico, subordinado diretamente à Direção Geral e cuida da promoção da Faculdade no ambiente “extramuros”.

Além do mais, há interesse da Instituição em ouvir e se comunicar com a sociedade, pois entende que se constrói uma relação mútua. Destaca-se a participação do representante da sociedade civil nesta Comissão Própria de Avaliação como fator importante de colaboração da sociedade para a ESUDA.

Em relação às políticas de atendimento aos estudantes, a CPA entende que o atendimento aos estudantes possibilita o conhecimento de seus interesses e necessidades diversas, o que fundamenta várias atividades e temas, buscando socializar o processo de ensino-aprendizagem, desenvolvendo a identidade, autonomia e cidadania do aluno.

A Faculdade ESUDA apresenta alguns programas de atendimento, dentre eles a ouvidoria, que centraliza reclamações, sugestões e elogios que são encaminhados ao conhecimento dos setores responsáveis, com tratamento das reclamações e sugestões. Os objetivos do projeto são estreitar os vínculos da Instituição com a sociedade em geral, estabelecendo diálogos, atuando com melhorias e serviços prestados, prevenindo assim conflitos e oferecendo *feedback* para as questões levantadas.

O curso de Psicologia está responsável pelo serviço de Apoio Psicológico e Psicopedagógico, através da clínica de Psicologia e Serviço de Plantão Psicológico.

A fim de melhorar a relação do acadêmico com a instituição, a ESUDA utiliza sistemas para automatizar e controlar os processos acadêmicos, gerenciar sua contabilidade, interagir com os seus alunos, organizar seu banco de dados. O discente pode ser atendido pelos seguintes setores: secretaria acadêmica, secretaria especial (programas de bolsas), acordo financeiro, apoio acadêmico, central de informações e CETE (Centro de Estágio e Trabalho ESUDA).

5 Ações institucionais provenientes da autoavaliação na ESUDA

A ESUDA possui um PDI no qual estão evidenciados suas finalidades, objetivos e compromissos, dessa forma a CPA utilizou o PDI como norteador do processo de avaliação visto que a IES deve cumprir o que consta neste documento e o fez também, baseado nas dez (10) dimensões usadas pelo SINAES como parâmetro.

Para obter os resultados das avaliações da Faculdade ESUDA, a CPA conta com o apoio dos gestores da instituição no desenvolvimento dos seus trabalhos com a perspectiva de melhoria institucional.

Nas reuniões da CPA, os resultados dos processos de avaliação interna, combinados com os da avaliação externa, são discutidos para a sua incorporação no planejamento da gestão acadêmico-administrativa.

De acordo com os resultados obtidos nos questionários aplicados pela CPA da ESUDA, foram propostas novas atividades de ensino para os NDEs e para os colegiados, estes desenvolverem a orientação prática da organização curricular dos cursos e trabalharemos junto ao GEIA na criação de cursos e atividades de extensão.

Dentre os pontos positivos evidenciados pela CPA temos: a infraestrutura física e administrativa, a qualidade do clima organizacional que contribui para a resolução dos problemas, o nível de satisfação dos discentes em relação ao curso escolhido, a condução do processo pedagógico que gera resultados aos docentes e discente, a aceitabilidade dos docentes pelos discentes, a afinidade dos coordenadores de curso com os alunos e docentes, e a sinceridade dos professores em relação à remuneração e capacitação.

A CPA acredita que alguns pontos precisam ser melhorados como: a necessidade de maior divulgação em relação ao plano de carreira, cargos e salários, previsão dos seus coordenadores em relação as despesas anuais de seus respectivos cursos e a finalização da implantação do novo sistema TOTV'S que permitirá maior e melhor comunicação entre a IES e os seus usuários.

Percebeu-se que algumas pontuações e colocações foram postas pelos respondentes por conta da ESUDA não fazer uma maior divulgação dos seus produtos como: material didático acessível, oferta de monitorias pagas e a existência da HUMANA E, uma revista científica eletrônica conceituada com Qualis B da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), onde estão e são publicados materiais dos docentes, discentes da IES e do público externo.

Algumas ações foram realizadas logo após a divulgação dos conteúdos terem sido apresentados para as direções, dentre elas: reunião com o locatário da copiadora que existe no campus da ESUDA e a adequação desta no que diz respeito à melhoria no atendimento, melhor qualidade do material fotocopiado e plotado, como também a instalação de um antivírus que oferece maior proteção dos computadores; adequação e compra de novas mesas (com inclinação) para as salas de aula do curso de arquitetura e urbanismo nas aulas de projetos; divulgação dos resultados das avaliações nas mídias, e-mails e cartazes.

A percepção dos alunos, dos professores e de todo o corpo técnico-administrativo sobre a atuação da Instituição nos serviços e setores avaliados comprovam que a Faculdade ESUDA pode e deve continuar seu caminho de crescimento e tradição, o qual vem mantendo a mais de quarenta anos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado da autoavaliação institucional da ESUDA refletiu o trabalho integrado da Comissão Própria de Avaliação com a diretoria, com os cursos, com os professores, com os alunos e com os demais setores envolvidos no processo. Consolidar a cultura de avaliação na instituição, no sentido de que todos os atores se coloquem em um processo de reflexão e autoconsciência institucional é considerado o objetivo da CPA da Faculdade ESUDA.

Vale destacar a inclusão das pós-graduações no processo avaliativo do ano base 2015, como forma de ampliar ainda mais o *feedback* gerado por meio dos instrumentos de avaliação. Verificou-se a necessidade de desenvolver um trabalho de divulgação junto ao corpo discente e docente da pós-graduação, haja vista terem declarado, em sua maioria, a falta de conhecimento de vários setores da instituição, entre eles a oferta de projetos de iniciação científica, de estágio e intercâmbio; a possibilidade de discentes participarem dos órgãos colegiados; a divulgação dos resultados das avaliações periódicas e suas respectivas propostas de soluções; as atividades culturais, de lazer e de interação social desenvolvidas pela instituição; entre outros.

Claro está que a CPA, envolvida com as propostas do PDI, acompanha a efetivação das ações acadêmicas e de gestão, sempre com um olhar avaliativo, crítico e formativo. Uma vez que desenvolve um trabalho ético, consciente, operacional, integrado, investindo continuamente na sensibilização dos integrantes da comunidade universitária para o seu envolvimento total no percurso da autoavaliação institucional.

É necessário considerar que a avaliação interna deve ser um processo contínuo e que as melhorias ou deficiências são características intrínsecas a todo ser humano e também a todas as instituições sejam elas públicas ou privadas.

O que se pode concluir a partir do trabalho da CPA é que a avaliação serve de base para a ESUDA, para os seus atores, para a sociedade e, principalmente, para conduzir a Faculdade por caminhos planos e para perto daquilo que se propõe a ser: um centro de excelência.

Conclui-se que a Comissão Própria de Avaliação contribui para o aperfeiçoamento da gestão acadêmica, para potencializar os acertos e corrigir os erros. A segurança da importância da avaliação é que esta conduz a um processo de autoanálise, de autocrítica que leva ao desejo de mudança.

REFERÊNCIAS

CPA – Comissão Própria de Avaliação. Disponível em: <<http://www.cpa.inep.gov.br/>>. Acesso: 03 de mai, 2018.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. São Paulo, 2005

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Disponível em:< <http://www.inep.gov.br/>>. Acesso: 18 de abr, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf>.
Acesso: 03 de mai, 2018.

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/sinaes>>. Acesso: 04 de abr, 2018.

TRIVELLI, A.M. **Universidade Empresa: Um Estudo de Caso Sobre a transformação de uma Instituição de Ensino.** – São Paulo, 2015. 61 f. Disponível em:
<<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13724/Andressa-Trivelli-dissertacao.pdf>>. Acesso: 10 de mai, 2018.